

## ACERCA DA PÓS-MODERNIDADE

“Pós-modernidade” é uma palavra maldita do léxico português que tem sido alvo das reacções indignadas de muita gente, nomeadamente: físicos reformados, esquerdistas convertidos ao neo-liberalismo, intelectuais católicos e autores de textos de opinião<sup>1</sup>. Todos eles guardadores zelosos do Iluminismo e da modernidade, têm uma outra coisa em comum: estão prontos a lançar sobre esta nova heresia e seus cultores, violentas frases condenatórias. Vejamos algumas: “barbarismo pós-moderno”, “batoteiros e desmancha-feiras intelectuais”, “disparate pegado”, “obscurantismo e irresponsabilidade”, “confusões monumentais e fantasias delirantes”, “espécie de humanismo pseudo-científico”. Além destes insultos, citam obrigatoriamente o inevitável “caso Sokal” e trazem a terreiro o confronto António Baptista/Boaventura Sousa Santos -- exemplo pouco edificante de um lamentável diálogo de surdos -- apenas para decretar a vitória do “físico” sobre o “sociólogo pós-moderno coimbrão”.

A verdade, porém, quer eles queiram quer não, é que vivemos já numa sociedade diferente, a que alguns decidiram chamar “pós-moderna”. Reconhecer essa mudança não é necessariamente concordar integralmente com ela e muito menos querer impor um programa ou lançar uma cruzada para subverter os princípios da civilização. Posto isto, talvez valha a pena fazer um pequeno esforço para procurar perceber o que é isso da pós-modernidade.

Ultrapassada a fase das narrativas mito-poéticas, a tentativa racional de conhecer o mundo gerou, na história do conhecimento, dois paradigmas: o pré-moderno e o moderno. O primeiro iniciou-se com os pré-socráticos e estendeu-se, com algumas variantes, até ao Renascimento. De acordo com ele o mundo era finito, fechado, ordenado hierarquicamente e geocêntrico, e nele todas as coisas estavam ligadas, tinham um lugar natural e uma finalidade. No cosmos havia que distinguir o mundo supra-lunar imperecível e perfeito, em que todos os movimentos eram circulares e uniformes, e o mundo infra-lunar imperfeito em que os movimentos dos corpos tendem para uma posição de repouso. A ideia de um universo finito e geocêntrico está presente na geometria euclidiana, feita de círculos e segmentos de recta, e na astronomia ptolomaica em que todas as órbitas são circulares. O paradigma pré-moderno tinha, além disso, uma visão do homem integrado de forma harmónica na natureza e com a natureza.

A viragem do paradigma pré-moderno para o paradigma moderno deu-se a partir do século XVII com a Revolução Científica. Longe de ser um processo instantâneo, instalou-se de forma paulatina e as suas consequências epistemológicas, culturais e socio-políticas só tiveram uma

---

<sup>1</sup> Ver “Da Medicina e da Cultura Humanista”. Rev. Ordem dos Médicos, Fev.2005

expressão plena muito mais tarde. Iniciado com Copérnico e continuado por Kepler, Galileu e Newton, este processo iria conduzir a uma forma diferente de conhecimento que permitiu explicar a realidade observável através do não-observável e das leis matemáticas de aplicação geral, como a lei da gravitação universal. Esta nova abordagem ultrapassou a visão aristotélica de um mundo finito, animista e teleológico e deu origem à concepção de um universo infinito, frio e desconfortável feito de corpúsculos que se atraem, repelem e chocam cegamente entre si. Mas a partir daí foi possível explicar e prever os fenómenos naturais e até adaptá-los aos desígnios do Homem. Ao contrário do que acontecera com Aristóteles, as ideias de Galileu e de Newton “funcionaram” e abriram as portas à ciência moderna e à tecnologia.

Assistiu-se então ao triunfo do Iluminismo que não é senão a valorização da razão como forma de conhecimento. Pela emancipação intelectual o Homem pode conhecer e dominar a natureza sem recorrer a outras fontes, como por exemplo, a revelação. Kant lança um desafio: “Atreve-te a usar a tua própria inteligência!” e Laplace garante que “Deus já não é necessário”. O Iluminismo é, pois, o princípio e o símbolo da modernidade. Mas, para além da superioridade da razão, transporta consigo uma nova ideia de História que lhe fora transmitida pela escatologia cristã. De acordo com ela o tempo histórico desenrola-se de uma forma linear em direcção ao progresso, ao desenvolvimento, à mudança social e à modernização. Avança de trás para a frente, do passado para o futuro, estando implícita, nesta visão, a ideia de que o futuro será necessariamente melhor do que o passado. Nascem assim as grandes utopias que marcam a modernidade – emancipação da razão, libertação “catastrófica” ou progressiva do trabalho, conquista da liberdade, enriquecimento de toda a humanidade pela tecnociência capitalista – que não são mais do que versões laicas da utopia cristã: a remissão do mal e o reencontro com o Pai.

A partir do Iluminismo laico e racionalista vai-se constituindo uma espécie de fetichismo do “ser moderno” que gera o eurocentrismo e o colonialismo. E também o aparecimento de “vanguardas”. Caracterizadas pelo radicalismo, pela fuga para a frente e pela atracção do interdito, assumem a missão de esclarecer as “massas ignaras”. Sempre em nome do futuro, ou seja, da utopia.

Sobre tudo isto pairavam, à vista de todos, os espantosos avanços científicos e tecnológicos. Se no século XVIII se perguntava “como é que a ciência foi possível?”, no início do século XX o problema vai centrar-se na demarcação entre ciência e metafísica e na procura das bases sólidas para o conhecimento científico. A pergunta agora é “como se faz ciência?” e foi sobretudo o Círculo de Viena que se empenhou em encontrar respostas para estas questões. O conjunto das suas reflexões, que ficou na história com o nome de “positivismo lógico”, saldou-se num tremendo fracasso.

Mas é dentro da própria ciência que as coisas se vão complicar. A natureza corpuscular ou ondulatória da luz, o campo magnético, as geometrias não-euclidianas, a física quântica e a teoria da relatividade colocam questões que abrem brechas nas leis da física até aí inabaláveis. Percebe-se então que a teoria de Newton, apesar de excelente, era apenas “uma” teoria e não “a” teoria. É neste cenário que Niels Bohr, enuncia o princípio da complementaridade segundo o qual a descrição espaço-temporal e a relação causal não podem existir em simultâneo. Ao admitir que o fóton é, ao mesmo tempo, onda e partícula, uma coisa ou outra conforme os instrumentos de detecção, concluiu que o sujeito interfere de forma incontornável no acto de observação. Punha-se assim de lado o determinismo causal e a inter-subjectividade que tinham sido os fundamentos indiscutidos da ciência moderna.

Regressava-se deste modo a um velho problema: as teorias científicas correspondem a uma descrição da realidade ou são apenas instrumentos que nos permitem compreender o mundo e que são abandonadas quando surgem outras melhores? Galileu estava convencido que Deus tinha desenhado o universo usando uma linguagem matemática: a tarefa do Homem consistia apenas em decifrá-la. Esta convicção galilaica de que a ciência seria a chave para desvendar a Verdade acerca do mundo, vai dominar o Iluminismo e grande parte das elites do século XIX e XX marcadas pelos vários positivismos.

Curiosamente, já em 1948, Max Planck afirmava que para que uma nova verdade científica fosse aceite, o melhor seria esperar que morressem os seus opositores e punha desta forma em causa a própria racionalidade da ciência. Mas seria Thomas Kuhn com a “*Estrutura das Revoluções Científicas*” (1962) a provocar uma profunda viragem na forma de pensar a ciência. Ao defender que ela não é cumulativa, que evolui por roturas e por mudanças de paradigmas incomensuráveis entre si, ele introduziu o relativismo no cerne da actividade científica e pode por isso mesmo considerar-se como um pós-moderno *avant la lettre*.

Foi só em 1979 que Jean-François Lyotard publicou “*La Condition Postmoderne*”, livro fundador da reflexão sobre a pós-modernidade, no qual soube interpretar os sinais de um tempo, que já era outro tempo, recorrendo a algumas ideias fundamentais. A primeira dessas ideias tem a ver com a crise das meta-narrativas, mais concretamente, das ideologias, dos grandes sistemas do saber e das concepções unitárias do mundo. Mas, ao mesmo tempo, chamou a atenção para a emergência de um novo valor, o valor da contingência, segundo o qual muitas coisas que acontecem num determinado quadro podem acontecer de outro modo face às múltiplas visões que existem acerca do mundo. Lyotard mostrou-se também atento a um processo de mudança do próprio estatuto do saber: à medida que as sociedades vão entrando na chamada era pós-industrial, o saber transforma-

se numa mercadoria que pode ser produzida e comprada e que se avalia pela sua eficácia. Tudo isto anuncia a superioridade da *performance* sobre a norma, da funcionalidade sobre a substância. Finalmente, ao fazer uma análise do conhecimento científico que, enquanto narrativa, não dispensa legitimação, apontou o facto de que a organização do conhecimento em campos disciplinares diferenciados, que é uma das características nucleares da modernidade, se estava a desfazer lentamente. A série de oposições binárias como “ciência-retórica”, “ciência-política”, “ciência-narrativa”, em que só a ciência era apresentada com estatuto de conhecimento verdadeiro, começava a desacreditar-se face a uma cultura de “desdiferenciação” na qual as fronteiras entre as diversas áreas se esbatem e tendem a colapsar. Onde outros, antes dele, tinham já intuído estranhas mudanças num mundo a que chamavam pós-industrial, pós-utópico, pós-histórico ou pós-bélico, Lyotard, ao marcar a transição de um “pós-moderno sectorial” para um “pós-moderno filosófico”, procurou explicações para o que estava acontecer e, de uma forma brilhante, definiu os contornos de uma nova realidade.

As reacções por parte dos guardiães da modernidade não tardaram. Para Habermas, Lyotard não passa de um neo-conservador incapaz de entender que o único problema do projecto moderno das Luzes era estar inacabado. Mas para Lyotard não se tratava do abandono de um projecto, mas sim da sua liquidação simbolizada numa única palavra: “Auschwitz”. Era aí que tinha sido destruído fisicamente o soberano moderno, o povo. E esse crime de “populicídio” abriu as portas à pós-modernidade porque, depois dele, nenhuma das grandes narrativas de legitimação que tinham marcado a modernidade podia manter-se credível.

Justifica-se falar em pós-modernidade? Parece claro que nos situamos hoje numa época de profundas e rápidas mudanças em que os componentes que formataram a modernidade estão em profunda crise. E, se é certo que nunca é fácil apreender o contemporâneo na medida em que é muito mais fácil conhecer aquilo que se encontra acabado, também não parece haver dúvidas de que estamos em trânsito para um outro paradigma civilizacional. Podemos não gostar. Mas nada nos adianta tapar o Sol com uma peneira.

Lisboa, 26 de Março de 2005

António José de Barros Veloso  
Médico